

Via Campesina-Brasil



DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA VIA CAMPESINA:

Rompendo o silêncio sobre
a existência das LGBTI no campo

Via Campesina-Brasil

**DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA VIA CAMPESINA:
Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo**

Outubro-2020

É Sempre tempo de amor

(Bruna Matos de Carvalho)

É sempre tempo de amor, mesmo com toda a dor, indiferença e egoísmo.

Mesmo com todo o ódio inflamado.

Mesmo que clamem por sangue e que a violência seja a palavra de ordem de alguns.

É sempre tempo de amor,

Ainda que os medos sejam constantes, ainda que a utopia pareça distante,
Ainda que venham as contradições e mesmo nas nossas fileiras convivamos com a dor.

É sempre tempo de amor,

Apesar das feridas e de todo esse sangue, apesar das nossas veias abertas,
Apesar dos nossos continuarem tombando e a vida pareça frágil.

É sempre tempo de amor,

Mesmo quando tudo parece cansaço, mesmo quando as derrotas batem à porta,

Mesmo quando a desesperança assombra e quer fazer ninho no coração.

É sempre tempo de amor,

Porque se nossos pés estão cansados,

Muito mais firme é a nossa convicção,

Nossa lealdade e esse amor que nos faz continuar a caminho.

Pois se entre lágrimas enterramos nossos mortos,

A história não nos deixa esquecer e não se deixará repetir,

E assim eles se fazem sementes

Que brotam no caminho as flores de uma nova estação.

Se fazem presentes em sorrisos e luta.

É sempre tempo de amor,

Porque o afeto, o carinho, a ternura não nos faltam

E o caminho é também cheio de flores e amores,

Porque a certeza da vitória não nos falta

E a esperança nunca se apaga em nosso peito.

Porque não nos falta coragem de seguir construindo um mundo novo,

Com mulheres e homens novos.

É sempre tempo de amor,

Porque a ousadia e a coragem não se enterram.

Podem invadir ou depredar lugares, podem nos bater, nos perseguir, nos ameaçar.

Não podem nos impedir de amar!

A despeito de todo ódio seguimos firmes!

A despeito de todo ódio o amor resiste!

É sempre tempo de amor porque nada pode deter a primavera e o povo!

Porque nada pode deter a primavera do povo!

Venceremos!

EXPEDIENTE:

O presente caderno de formação que traz a temática “*Diversidade Sexual e de gênero na Via Campesina: : Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo*” é uma publicação da Via Campesina-Brasil.

Equipe de Elaboração Coletivo LGBTI da Via Campesina-Brasil:

Alessandro Mariano (MST), Angélica Cunha(MMC), Danilo Tupinikim (APIB-Coletivo Tibira), Dê Silva (MST), Debora Lima (CONAQ), Hérica Janaina (PJR), Mario Manzi (CPT), Mateus Quevedo(MPA), Maysa Matias(MST), Mirele Milhomem (MMC), Michele Martins (MAM), Neimar Kiga (APIB-Coletivo Tibira), Océlio Muniz (MAB), Wesley Lima (MST).

Revisão Ortográfica: Lucas Macedo

Diagramação: Guto Palermo

Pedidos: viacampesinabrasil@gmail.com

1ª edição - outubro de 2020

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO..... | 6 |
| 1. POR QUE A VIA CAMPESINA PRECISA AVANÇAR NA COMPREENSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO?..... | 7 |
| 2. DADOS DA VIOLÊNCIA – LGBTIFOBIA MATA..... | 11 |
| 3. PATRIARCADO, DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO..... | 14 |
| 4. ENTENDENDO AS IDENTIDADES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL | 20 |
| 5.A NATURALIZAÇÃO DA LGBTIFOBIA NO CAMPO | 23 |
| 6. AS LGBTI - QUILOMBOLAS: TERRITÓRIO E RACISMO ... | 27 |
| 7.ESTIGMA DAS LGBTI CAMPONESAS E INDÍGENAS | 32 |
| 8. FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR E AS MULHERES LÉSBICAS, BISEXUAIS E TRANSEXUAIS | 37 |
| 9. DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA PLATAFORMA DA VIA CAMPESINA | 40 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 44 |

APRESENTAÇÃO

Companheiras e companheiros,

A Via Campesina apresenta esta cartilha com a temática da “Diversidade Sexual e de Gênero”, resultado do esforço coletivo de nossas organizações camponesas em compreender esta temática e produzir subsídios para ampliarmos a compreensão sobre a diversidade humana e os desafios de superar a sociedade de classes, o racismo e o patriarcado que são bases estruturantes deste sistema de dominação.

Os camponeses e camponesas tem raça-etnia, gênero e orientação sexual, identidade de gênero, portanto falar sobre diversidade sexual e de gênero no campo é um desafio deste tempo na luta e construção de territórios livres de opressão e dominação, pois, o capital que transforma a terra, os recursos naturais e minerais em mercadoria, incorpora aspectos do patriarcado e do racismo para dominar, controlar e escravizar os seres humanos.

Este documento, rompe com o silêncio sobre a invisibilidade e a existência das LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo) no campo, nas lutas camponesas e reafirma que a luta LGBTI é parte fundamental de nosso projeto de emancipação.

Que este caderno que chega em suas mãos, seja mais um instrumento de estudo, reflexão no processo de luta construção de uma sociedade justa, igualitária, sem exploração e que toda a forma de ser e amar possa ser legítima e respeitada, pois, a liberdade sexual também integram nosso projeto de liberdade da terra, de produção de alimentos e relações humanas saudáveis, sem violência, sem machismo e LGBTIfobia.

Bom estudo!

*Via Campesina-Brasil
Outubro de 2020*

1. POR QUE A VIA CAMPESINA PRECISA AVANÇAR NA COMPREENSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO?

“Nossa luta para construção de outro projeto de sociedade não basta ser anticapitalista é necessário ser antirracista e antipatriarcal.”

A Via Campesina é um instrumento de luta dos camponeses e camponesas do Brasil e do Mundo. Nestes mais de 28 anos de existência (1992-2020), tem cumprido um papel de articular a luta por reforma agrária, soberania alimentar e em defesa do território camponês/indígena. A luta da Via Campesina não envolve somente a dimensão econômica estrita, mas também um projeto de sociedade que supere as relações de opressão e dominação e contribua na construção de relações sadias de cuidado com a terra, meio ambiente e a vida, por isso tem incorporado o debate sobre igualdade de gênero fortalecendo a participação e o protagonismo das mulheres nos últimos anos.

A luta contra o capital que transforma a terra, os recursos naturais e minerais em mercadoria, expulsa e massacra camponeses e camponesas, envolve também combinar a luta contra o racismo e o patriarcado, pois o capitalismo se apropriou destes elementos para garantir a sua reprodução. É evidente o quanto a escravização dos índios e africanos foi basilar na acumulação de capital para a estruturação de uma burguesia nacional que utilizou e utiliza de justificativas biológicas, sociais, religiosas, étnicas e raciais para escravizar, explorar e desumanizar trabalhadores e trabalhadoras. Já o patriarcado fundamenta a dominação, exploração e opressão do homem sob a mulher transformando-a em objeto e propriedade, garantindo o controle sobre seu trabalho produtivo e reprodutivo.

O patriarcado também determina a heterossexualidade como a única forma de relação sexual e afetiva, considerando a homossexualidade¹, bissexualidade² e transexualidade³ como formas anormais de relações humanas.

Portanto, na nossa luta para construção de outro projeto de sociedade não basta ser anticapitalista, é necessário ser antirracista e antipatriarcal. O desafio deste momento histórico é desnaturalizar os padrões de comportamento, os papéis sociais de gênero, os tabus, os preconceitos contra a diversidade humana, que é múltipla tanto em raça/etnia, quanto em identidade de gênero e orientação sexual.

Todos nós somos formados pela sociedade onde vivemos, pelas relações sociais que estabelecemos nela, e na sociedade capitalista aprendemos: que “rosa é cor de menina e azul de menino”, que “lugar de mulher é em casa e que ela deve obedecer ao pai e ao marido”, que “o amor só é normal se for entre homens e mulheres”, que “gays, lésbicas, bissexuais, travestis são degenerados, sem vergonha, doentes e um perigo para a família e a sociedade”. Esta visão de mundo com estes valores, conformam a sociedade de classe, já que garantem a divisão sexual do trabalho, reforçam a dominação de um tipo de humano sob outro e gera a intolerância, o preconceito, a violência contra todos e todas que não se encaixam no modelo tido como “correto” ditado por esta sociedade: homem, burguês, branco, heterossexual, provedor do lar, proprietário das coisas e do corpo da mulher.

1 Homossexualidade refere-se à característica, condição ou qualidade de um ser que sente atração física, estética e/ou emocional por outro ser do mesmo sexo ou gênero.

2 A bissexualidade é uma orientação sexual caracterizada pela capacidade de atração, seja sexual ou romântica, por mais de um sexo, não necessariamente ao mesmo tempo.

3 Refere-se a pessoas que nasceram com uma determinada genitália, mas cujo gênero não corresponde a genitália, ou seja, se identificam com gênero oposto ao sexo biológico (mulheres e homens trans, travestis).

O projeto de sociedade pelo qual lutamos e ousamos construir deve considerar que todos os seres humanos – de todas as cores, raça/etnia e crenças - devem viver, serem livres para amar, que a diversidade e a liberdade sexual também integram este projeto de liberdade da terra, de produção de alimentos e relações humanas saudáveis.

É importante lutar contra a propriedade privada dos meios de produção, o agronegócio, a exploração exercida da classe burguesa sob a classe trabalhadora, mas é importante questionar também as bases estruturais deste sistema, que opera nas relações econômicas, sociais e políticas. Como dizia Marx, é preciso analisar as múltiplas determinações que se expressam também em como se estruturam as relações sociais, os papéis de gênero, o sexo para procriação, as relações de poder e privilégio de uma classe sob outra, de um gênero sob o outro e a não permissividade de outras formas de relações afetivas e sexuais, pois estas ideologias não só estão em nossa consciência, mas moldam nossos corpos, controlam, determinam padrões e condenam e impedem a existência do diverso, dos que não se encaixam no padrão heterossexual.

A afirmação que não existe lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e intersexo⁴ no campo não é verídica e corrobora com a invisibilidade destes/as sujeitos/as neste espaço, muitos/as dos/as quais saem do campo e migram para as grandes cidades em busca de trabalho e liberdade para viver a sua sexualidade. Lá seguem sendo discriminados/as. Os/As que continuam vivendo nas comunidades camponesas têm pelo menos duas opções cruéis: viver preso/a no “armário” não expressando a sua identidade ou orientação sexual, o que ajuda a explicar os casos de depressão e suicídios das LGBTI no campo, ou assumir ser LGBTI e viver isolada da comunidade, ser o motivo de “chacota”, das piadas, das agressões físicas e verbais.

4 Intersexo é uma pessoa que nasce com características sexuais típicas de sexo masculino e do sexo feminino (genitálias, órgãos reprodutores...).

Os gays efeminados⁵, junto com as transexuais e as lésbicas não efeminadas ou com expressão de gênero masculina, são os principais alvos do preconceito e da violência, pois seus comportamentos e existência são subjugados pela sociedade patriarcal e capitalista.

5 Efeminado é um termo usado para descrever um padrão de comportamento social que é definido pela presença de características sócio-culturais femininas das mulheres ou meninas em um homem ou menino.

2. DADOS DA VIOLÊNCIA – LGBTIFOBIA MATA

“Sabemos que a mesma ordem dada para assassinar um indígena ou camponês, deriva do mesmo pensamento fascista e LGBTIfóbico.”

O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTI no mundo. Só em 2019, segundo Oliveira & Mott (2020) foram 329 LGBTI que tiveram mortes violentas no Brasil, vítimas da LGBTIfobia¹, sendo: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%). Destas, 124 pessoas eram transexuais, segundo o dossiê “Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019”, feito pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Em relação a outros países da América Latina e Caribe, de 2014 a 2019, Colômbia, México e Honduras foram os países que registram o aumento de assassinatos de LGBTI, conforme quadro abaixo:

Tabela 1: Homicídios de pessoas LGBTI por país desde janeiro de 2014 até junho de 2019.

| PAÍS | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | Total Geral | % |
|-----------------------------|------|------|------|------|------|------|-------------|------|
| Brasil | 326 | 318 | 340 | 445 | 420 | 329 | 2.178 | |
| Colômbia | 100 | 113 | 99 | 110 | 109 | 11 | 542 | 43% |
| México | 64 | 53 | 75 | 92 | 89 | 29 | 402 | 32% |
| Honduras | 25 | 37 | 23 | 35 | 27 | 17 | 164 | 13% |
| Perú | 15 | 4 | 16 | 2 | 14 | 6 | 57 | 4,6% |
| El Salvador | 5 | 5 | 15 | 12 | 11 | 5 | 53 | 4,3% |
| República Dominicana | 6 | 2 | 6 | 7 | 5 | 2 | 28 | 2,2% |
| Guatemala | 2 | 0 | 3 | 5 | 10 | 6 | 26 | 2,1% |
| Paraguai | 0 | 1 | 4 | 1 | 6 | 0 | 12 | 1,0% |
| Bolívia | 0 | 0 | 4 | 0 | 4 | 0 | 8 | 0,6 |
| Total Geral | 217 | 215 | 245 | 264 | 275 | 76 | 3470 | |

Fonte: SINVIOLÊNCIA LGBTI (2019)

1 Usamos a terminologia LGBTIfobia para nos referir a lesbofobia, homofobia, bifobia, transfobia que são aversão, repugnância, ódio, preconceito que algumas pessoas, ou grupos nutrem contra as LGBTI.

Estes índices elucidam o quanto a violência contra as pessoas LGBTI tem crescido nos últimos anos em nosso continente. Pessoas que são assassinadas de forma cruel, deixando uma mensagem clara que as pessoas LGBTI devem esconder sua sexualidade e identidade em troca de permanecerem vivas. Por outro lado, o impacto simbólico das omissões do Estado e das organizações sociais é indignante, pois poucos se solidarizam com as mortes de travestis, gays, lésbicas e bissexuais. E estes assassinatos não estão tão distantes das organizações do campo, exemplo disso é o assassinato de Aline da Silva, militante trans do MST. Aline foi degolada por dois desconhecidos na saída de uma festa no município de Arcoverde em Pernambuco no dia 19 de agosto de 2019.

As lutas camponesas também sofrem com o aumento dos índices de violência, onde, nos últimos anos, de acordo com relatório da CPT (2020) em 2019, foram assassinados 32 camponeses. Sabemos que a ordem dada para assassinar um indígena ou camponês deriva do mesmo pensamento fascista e LGBTIfóbico que mata as LGBTI's. Por isso acreditamos ser necessário um projeto de campo que inclua as LGBTI, para que sigam vivendo no campo, produzindo na terra com garantias de ser, viver, amar e ser feliz participando da vida na comunidade. Defendemos assim a importância dos movimentos e organizações camponesas incluírem a pauta da diversidade sexual e identidade de gênero na luta pelos direitos sociais.

Neste sentido, a Via Campesina tem como tarefa compreender e incluir a pauta da diversidade sexual em sua plataforma de luta, possibilitando aos camponeses e camponesas a compreensão da sexualidade humana em sua diversidade, inclusive entre heterossexuais. Assim será possível construir um caminho sem ignorância e ainda romper com os preconceitos, que só geram discriminação e violência contra as mulheres e as LGBTI's, e alimentam o projeto do capital. Além disso, é necessário entender que construir essa pauta fortalece a luta contra todas as formas de

opressão, exploração e dominação, entendendo que a luta em defesa de territórios quilombolas, indígenas e camponeses é também a defesa de nossos corpos, das diversas existências humanas de homens, mulheres, transexuais e pessoas intersexo, sujeitos/as lutadores/as e construtores/as desta resistência, e que suas diversidades e sexualidades não são características impeditivas de participação desta luta.

Ao lutarmos por segurança e soberania alimentar, soberania energética e o fortalecimento das comunidades camponesas, se faz também necessário construir territórios livres de preconceito e de discriminação por gênero, raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero, com os desafios de romper de fato, todas as cercas que nos privam de VIVER e de AMAR!

3. PATRIARCADO, DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

“Afirmar que existe diversidade sexual e de gênero é importante na luta da classe trabalhadora, pois nos permite pensar a sexualidade como uma dimensão da vida humana de múltiplas possibilidades.”

É importante considerar que nós, seres humanos, somos construção social, portanto, nossa existência é histórica e as nossas ideias de masculino e feminino, bem como seus papéis na sociedade, são frutos deste processo. Nas comunidades primitivas, há milhares de anos atrás, não havia a definição de gênero como existe hoje. Eram seres humanos, que tinham diferenças biológicas, uns tinham pênis e outros vagina e viviam em bando, em comunidade, e buscavam formas de sua sobrevivência (caça, coleta de frutos, pesca). Neste período, chamado de sociedade matriarcal, não significava que as mulheres mandavam, mas havia um reconhecimento de sua matrilinearidade, ou seja, todos e todas sabiam quem era sua mãe.

A humanidade desenvolveu-se paralela à criação dos seus instrumentos de trabalho (flecha, pedra, fogo), e ao ir criando esses instrumentos, à medida que dominava o conhecimento, foi também organizando a sociedade, conformando os papéis de gênero num longo período. Segundo historiadores, num dado momento, quando as comunidades foram se fixando, foram também dominando a agricultura e estabelecendo as relações patriarcais, culminando na divisão sexual de trabalho (mulher reprodução e serviços domésticos e homem a caça, dono de instrumentos de trabalho) e no surgimento da família e da propriedade privada. As comunidades passam a definir padrões de comportamento, regras, normas, estabelecendo o modelo da família heterossexual e monogâmica, a fim de identificar a patrilinearidade para garantir a herança de propriedade.

Mesmo na sociedade contemporânea, sabemos que a concepção do masculino e feminino varia de acordo com a cultura, e que esses termos não possuem significados fixos, sendo mutáveis e refletindo o modelo de sociedade. Esses termos são dimensões culturais de nossas vidas, que assumem formas diferentes e renovadas no decorrer da história e, como atores históricos, nós temos liberdade para determinar esses significados. Ou seja, não fazemos sexo por instinto natural, nossa sexualidade é histórica, composta por sentidos e significados desta prática e o mesmo acontece com o amor, afetividade e desejo sexual.

A homossexualidade, bissexualidade e transexualidade sempre existiram na humanidade para além dos relatos já conhecidos da Grécia e da Roma Antiga. Na América Latina, os povos Maias consideravam que o sexo entre dois homens era um rito de passagem entre a infância e a idade adulta. Já os Astecas tratavam com naturalidade as pessoas que se transvestiam e assumiam papéis diferentes do sexo biológico. Há também vários relatos dos colonizadores europeus após 1500, referindo-se aos índios como sodomitas¹ que habitavam toda área em torno do Caribe e ao longo da terra firme, atual costa da Venezuela e Colômbia.

No Brasil, antes da colonização, a homossexualidade também fazia parte dos povos indígenas originários, havendo pequenas diferenças de etnia para etnia, de acordo com os costumes e suas crenças. Há relatos sob os tibira (que seriam os índios “gays”) e das çacoaimbeguira (as índias “lésbicas”), entre os Tupinambá. As çacoaimbeguira foram descritas como índias extremamente masculinizadas, que exerciam funções usualmente delegadas aos homens. Destaca-se que este cenário somente foi modificado com a influência da moral judaico-cristã, que acarretou na perseguição da prática homossexual nos países colonizados, trazendo penalidades

1 Sodomia é a prática de sexo anal entre um homem e outro homem ou uma mulher.

desumanas². Assim, desde a Idade Média, com advento das religiões, foi se estruturando e dogmatizando o preconceito contra a homossexualidade, bissexualidade, transexualidade e pessoas intersexo.

Para a maioria das religiões, toda atividade sexual diversa da procriação passou a ser considerada um pecado, uma vez que se estava descumprindo com a ordem “crescei e multiplicai-vos”. Isto é, a relação sexual praticada apenas como fonte de prazer, ainda que entre duas pessoas que se amavam, era vista como uma transgressão à ordem natural, ou seja, na história da humanidade a homossexualidade com advento das religiões passou a ser considerada como pecado. Depois com o surgimento da ciência e da medicina, se categorizou como doença e ao conformar o Estado como regulador das relações sociais e econômicas condenou a homossexualidade como crime.

Afirmar que existe diversidade sexual e de gênero é importante na luta da classe trabalhadora, pois nos permite pensar a sexualidade como uma dimensão da vida humana de múltiplas possibilidades, para além de normas e controle dos corpos que são adestrados e explorados pelo capital, como também, questionar dogmas cristãos que estão a serviço deste adestramento corroborando com a exploração e dominação.

Desta forma, quando falamos em diversidade sexual e de gênero, é importante termos presente que uma coisa é a condição biológica com a qual nascemos: que trata da anatomia sexual feminina, anatomia sexual masculina ou intersexual (quando os órgãos reprodutores dos dois sexos estão presentes); e outra, diferente, é a construção social do ser homem e do ser mulher, a que chamamos

2 No ano de 1614, o missionário francês Yves d'Évreux (1577-1632), da Ordem dos Capuchinhos, ordenou a prisão, tortura e execução do índio Tibira, da etnia tupinambás, sob o pretexto de ‘purificar a terra do abominável pecado da sodomia. Tibira fugiu, mas foi capturado pelos franceses, com o apoio de alguns índios, ele foi amarrado pela cintura à boca de um canhão, ‘onde deitaram-lhe ferros aos pés’, teve seu corpo destruído.

de gênero. Esta construção de gênero, do papel, do lugar ou da forma como os homens e as mulheres “devem ser” na sociedade, é anterior ao nosso nascimento. Por exemplo, com a curiosidade pelo sexo do bebê para então definir nome, tipo de roupas, brinquedos, que refletirão nas tarefas a serem desenvolvidas no convívio social, nos valores morais que nos são ensinados pela família, pela comunidade, pela escola, pela religião, pela mídia.

Esta construção histórico-cultural dos gêneros também é responsável por definir que um sujeito se estabelece em contradição com o outro, ou seja, as mulheres em contradição com os homens, e que o único modelo de sexualidade aceito é o heterossexual, ou seja, entre homens e mulheres, quando na verdade desde o início da humanidade a homossexualidade, bissexualidade, transexualidade e intersexualidade já existiam.

Quando um ser humano nasce, a cada um é atribuído um gênero no nascimento, o que significa que são nomeados pelos pais ou pelas instituições sociais de certa maneira. Se a criança nasce com a genitália masculina se diz é menino; se nasce com a genitália feminina se diz é menina; se nasce com as duas genitálias os pais optam por uma, a maioria dos casos por masculino, e o médico faz a cirurgia³.

Com a atribuição do gênero estritamente atrelada ao sexo biológico, desenha-se um conjunto de expectativas que é transmitido: esta é uma menina, então quando crescer ela vai assumir o papel tradicional da mulher na família e no trabalho; este é um menino, então ele assumirá uma posição previsível na sociedade como homem. Assim, os “padrões de masculino e feminino” são construídos de acordo com a sociedade em que

3 Há bebês que nascem com genitália de aparência ambígua, que não é claramente pênis nem vagina, e outros que nascem com genitais de aparência definida, mas que não combinam com os órgãos reprodutores internos. Há bebês com genitais masculinos e ovários, outros que desenvolvem ovários e testículos, alguns que têm uma combinação de cromossomos diferente de XY (masculino) ou XX (feminino), e vários outros casos.

vivemos, estabelecendo mecanismos de dominação de homens sobre mulheres, o que chamamos de patriarcado.

O Patriarcado, como já introduzimos, é um sistema de opressão, exploração e dominação do sexo/gênero masculino sobre o sexo/gênero feminino, tendo como sua base a divisão sexual do trabalho. Ele materializa-se na família, um núcleo privado formado pela mulher, o marido e os filhos. Nesse núcleo caberá à mulher, (primeiro como propriedade do pai) e após o casamento (propriedade do marido), a realização do trabalho doméstico não remunerado, o cuidado com a casa, a criação dos filhos, o cuidado com os idosos, etc. Já ao homem, é garantida a posse dos tipos privados de propriedade, o privilégio da vida pública, o poder de decidir a respeito da forma como estes sistemas se perpetuam, ou seja, o poder de decidir a respeito do tempo, do trabalho, do corpo e da sexualidade da mulher.

No capitalismo, a divisão sexual do trabalho – base material do patriarcado - é combinada com a divisão social do trabalho, em que a família nuclear, monogâmica e heterossexual passa a se constituir como núcleo fundamental na reprodução da sociedade de classe, forjando mecanismos de dominação social e de acumulação de riquezas, que criam, desde o berço, os homens e mulheres necessários para manter seu sistema injusto e desigual.

Trazendo o mote da experiência lésbica, Rich (2010, p. 36) afirma que a existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida e sexualidade. O autor ainda reforça e demonstra também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres, e, ainda como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência.

Sendo assim, todos e todas que fogem a esta classificação estabelecida pela sociedade burguesa patriarcal e racista são alvos de violência (física, verbal ou psicológica), buscando ajustar estas pessoas novamente ao padrão considerado “normal”. Por isso, é

importante não pensar separadamente gênero, raça/etnia e classe social, por entendermos que estão intimamente ligadas à divisão social do trabalho que marca a nossa sociedade. Nesse sentido, na sociedade pela qual lutamos para construir, forjada por valores humanistas e socialistas, se faz necessário termos a liberdade sexual para ser o que quisermos ser, sem medo e emancipados destas relações de dominação.

4. ENTENDENDO AS IDENTIDADES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

“O Ser humano é constituído com uma anatomia humana, mas também com capacidade de intelecto sendo ser social que se constrói em relação com a comunidade/sociedade.”

Para compreendermos a sexualidade para além dos padrões heterossexistas¹ precisamos ainda nos deter em dois conceitos, o de orientação sexual e o de identidade de gênero. É importante destacar que gênero e orientação sexual são coisas distintas. Enquanto a orientação sexual tenta classificar como as pessoas se relacionam afetivamente ou se atraem por outras, o gênero diz respeito às construções sociais, políticas e culturais sobre o ser homem ou ser mulher, remetendo às características atribuídas na história ao sexo feminino e ao sexo masculino. Vejamos a seguir:

A **orientação sexual** indica por qual gênero/sexo nos atraímos sexual e afetivamente. Ela se expressa como uma “condição da pessoa humana”, algo que compõe a nossa personalidade e não passa por uma simples opção feita pelo sujeito.

São várias as áreas do conhecimento que buscam compreender como se define a orientação sexual de uma pessoa, teorias psicológicas, biológicas, sociológicas, etc. No entanto, podemos afirmar que a sexualidade não se restringe nem a um formato biológico de um corpo, nem a uma opção individual, nem somente a uma determinação social. As relações humanas não consistem em um universo de categorias demarcadas, mas antes em uma gama de matizes de expressões dos sujeitos. Embora estas categorias limitem muito as formas que o desejo pode assumir, de modo geral, em relação à orientação sexual fala-se em pessoas que são:

1 Heterossexismo é a atitude de preconceito, discriminação, negação, estigmatização ou ódio contra toda orientação sexual que não seja a heterossexual, expressa de forma sistêmica.

Heterossexuais: quando se sentem atraídas por pessoas do sexo/gênero oposto;

Homossexual: quando se sentem atraídas por pessoas do mesmo sexo/gênero, e aqui estão as pessoas gays (homens que sentem atração sexual/afetiva por outro homem), e lésbicas (mulheres que sentem atração afetiva e sexual por outras mulheres);

Bissexual: quando se sentem atraídas por pessoas de ambos os sexos/gêneros (pessoas que sentem atração pelo sexo/gênero semelhante e oposto);

Pansexualidade é a atração sexual, romântica ou emocional em relação às pessoas, independentemente de seu sexo ou identidade de gênero (pessoas que sentem atração por todos os tipos de identidades de gêneros e orientação sexual sem distinção);

Assexual: é a falta de atração sexual a qualquer pessoa, ou pequeno ou inexistente interesse nas atividades sexuais humanas.

Também existe **Expressão de gênero** que se refere à forma como a pessoa se expressa e gosta de vestir-se ou se apresentar com características do masculino ou feminino. Portanto, existem pessoas que não são LGBTI, mas expressam outros gêneros diferentes à sua genitália de nascimento, pelo vestuário, acessórios, estilos de cabelo, formas de falar, linguagem corporal, e outros aspectos, escolhem na aparência apresentar-se com gênero oposto, ou mescla de gêneros. Algumas pessoas possuem a mesma forma de expressão de gênero durante a vida toda, enquanto outras podem mudar e alterar ao longo do tempo ou com base nas circunstâncias, por uma questão de sentir-se melhor assim, estilo de vida, posição política entre outros.

Já a **identidade de gênero** é um processo de auto-definição, é a forma como cada sujeito se reconhece e deseja ser reconhecido socialmente, independe do seu sexo biológico, podendo se identificar como sendo do gênero feminino, masculino, ou ainda, como uma combinação dos dois. Uma das identidades de gênero é

a de transexual, homens ou mulheres que possuem uma identidade de gênero diferente da definida no nascimento pelo sexo biológico e que desejam viver e serem aceitas, reconhecidas como são.

Como o Ser humano é constituído com uma anatomia humana, mas também com capacidade de intelecto sendo ser social que se constrói em relação com a comunidade, é ator social e pode trabalhar dentro das normas sociais para moldar sua vida de maneira que seja mais vivível. No entanto, muitas pessoas neste processo acabam se compreendendo como gênero oposto, sendo uma pessoa transexual, ou ainda se identificando definitivamente com os dois gêneros, que é o caso das pessoas não binárias, que mesclam características masculinas e femininas.

É importante destacar que estas pessoas transexuais e não binárias sofrem porque tem dificuldades com sua atribuição que foi determinada socialmente — são pessoas que não conseguem atender aquelas expectativas que foram impostas, pois a percepção que têm de si próprias difere da atribuição social que lhes foi dada por meio do sexo biológico. Algumas pessoas vivem em paz com o gênero que lhes foi atribuído, mas outras sofrem quando são obrigadas a se conformar com normas sociais que anulam o senso mais profundo de quem são e quem desejam ser. Para essas pessoas é uma necessidade urgente criar as condições para uma vida possível de viver, por isso a importância de compreender, respeitar e acolher a existência da transexualidade e da não binaridade.

5.A NATURALIZAÇÃO DA LGBTIFOBIA NO CAMPO

“As relações de produção e de poder no campo, tomam como base as referências de sexo biológico e papéis sociais de gênero e o heterossexismo é normatizado na cultura, e expresso nos discursos das pessoas, sendo incorporado como modo de ser e viver do camponês.”

As relações sociais e econômicas no campo são atravessadas pelo agronegócio que é a expressão perversa do capitalismo na agricultura, que concentra riqueza e explora a força de trabalho dos camponeses e camponesas, que expulsa indígenas e quilombolas de seus territórios e busca seu extermínio. Aliado a isso, a igreja em certa medida cumpre um papel de justificar este modelo de sociedade e orienta ideologicamente um modelo de família, tendo como referência a heterossexualidade compulsória, que atua obrigando socialmente as pessoas a se relacionar, amorosa e sexualmente, com pessoas do sexo oposto, condenando e coibindo as relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, categorizando estas como comportamento vergonhoso, pecaminoso, desviantes. Dessa forma, os mecanismos de poder em relação ao sexo se disseminam da Igreja para a família, comunidade e também nas relações de produção e reprodução do modo de vida camponês.

A sexualidade no campo, de modo geral, é tida como um grande tabu. Às vezes é tida como algo a ser controlado pelas doutrinas religiosas e morais, no sentido de exercê-la para a procriação, sendo estimulada a prática entre os sexos opostos e em relações matrimoniais. Mas também, no caso dos homens, a prática sexual é a afirmação da virilidade, pois a estes, fazer sexo antes do casamento com várias parceiras é sinônimo de não negar a natureza do “ser macho, pegador”. Já as mulheres que fazem sexo antes de se casarem são consideradas indecentes. Ou seja, em se tratando da vivência da sexualidade no campo, se produz e reproduz um discurso padrão, que tem um objetivo disciplinatório dos corpos

nos papéis de gênero, onde o heterossexismo é normatizado na cultura, e expresso nos discursos das pessoas, sendo incorporado como modo de ser e viver do camponês. Esta ideologia reproduzida violenta, invisibiliza, aprisiona e/ou limita a diversidade sexual que existe no campo em razão do sexo biológico e papéis sociais de gênero.

Desta forma, as relações de produção e de poder no campo, tomam como base estas referências de sexo biológico e papéis sociais de gênero que, como vimos, são relações de poder em que o homem, desempenha o papel sobreposto a mulher e seus filhos, sendo o chefe da família, o dono da propriedade e dos bens materiais produzidos pelo trabalho familiar. Já a mulher vai desempenhar o trabalho doméstico, de cuidado dos filhos e dos idosos, a produção nos quintais, que não é considerado trabalho produtivo e que não gera renda, entretanto, todos os ganhos com essa produção são de propriedade do homem, sendo este que muitas vezes vai vender essa produção nas feiras livres e fica com os rendimentos.

É importante analisar que sexo e gênero compõe uma das bases materiais de reprodução do capital, o que faz necessário pelo menos três ações para superação desta: a primeira é questionar estes papéis de gêneros, essa binaridade, pois é possível existir outras identidades humanas como as pessoas transexuais, travestis e não binárias; outra ação necessária é a de avançar na construção de relações de igualdade entre os seres humanos no campo; e uma terceira, é a necessidade de “desbiologizar”¹ o sexo, avançar na compreensão que nossas identidades não estão nas genitálias, e que sentir desejo e prazer faz parte do gênero humano, existindo outras formas de vivenciar a sexualidade para além da heterossexualidade.

1 As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideias, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos, não se reduz a anatomia a qual um ser vivo é classificado como macho ou fêmea.

A discriminação relacionada às pessoas LGBTI no campo é naturalizada há tempos, inclusive nas organizações como sindicatos e movimentos sociais. É sempre tratado como um assunto não relevante para os espaços da organização e tendo como base a “moralidade”. O preconceito é reproduzido, legitimando as percepções mentais negativas e pré-julgamentos em face de pessoas que são transexuais ou têm atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo, culminando na atitude de considerar essas pessoas como inferiorizadas para desumanizá-las.

Além disso, como muitos seres humanos têm suas atrações sexuais por pessoas do mesmo sexo ou travestis reprimidas, não podendo expressá-las devido aos contextos sociais que estão inseridos, ao identificarem no outro esta característica que precisa negá-la, passam a ter atitudes de repulsa, ódio, ao qual chamamos de LGBTIfobia, que é o ódio, repulsa ou aversão às LGBTI. Desta forma, as organizações assumem práticas LGBTIfóbicas, ao serem permissíveis e omissas a existência de violência física, verbal e moral contra as pessoas LGBTI, corroborando com a institucionalização do preconceito, contribuindo com a “materialização” dele no plano concreto das relações sociais dentro das organizações, que produzem violações de direitos da participação política, não sendo espaço de afirmação de existência destes seres humanos.

Como vivemos numa sociedade capitalista, racista e patriarcal, em que os padrões de comportamentos heterossexuais são os dominantes, estigmatizando aqueles e aquelas que se desviem desses padrões, as organizações camponesas são heteronormativas² e patriarcais, pois reproduzem os valores e as normas dessa sociedade.

Um passo importante que estas organizações têm dado é a

2 A heteronormatividade refere-se ao conceito de que apenas os relacionamentos entre pessoas de sexos opostos ou heterossexuais são normais ou corretos, enxergando a heterossexualidade como a norma numa sociedade. As orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas.

construção de novas relações de gênero, no sentido de estimular relações de igualdade entre homens e mulheres na família e nos espaços produtivos. Mas o fato é que isso só não basta, é necessário questionarmos a base material deste sistema que é o patriarcado, que tem como expressão a binaridade dos gêneros, o heterossexismo como forma de poder e dominação nas relações de sexo.

6. AS LGBTI - QUILOMBOLAS: TERRITÓRIO E RACISMO

“Nosso corpo é extensão do território, a dominação para a exploração do território é marcada pelas relações de poder, que mobilizaram de forma mútua e combinada a estrutura racista, patriarcal e heterossexista.”

Para compreendermos como o patriarcado – racismo – capitalismo operam na dimensão constitutiva da vida humana – a sexualidade - e, como se dá a sua relação com a dinâmica da produção e reprodução social, é preciso retomar os modos de produção para analisar as características que a sexualidade assume em cada momento histórico.

A sexualidade humana não é abstrata à organização social, econômica, política e cultural, pelo contrário, é a forma pela qual a sociedade estrutura, fundamenta e normatiza, valores e padrões morais, éticos, sociais e culturais, do ser homem e mulher, para a produção e reprodução da vida material.

Neste sentido discorrer sobre a luta LGBTI Quilombola é retomar o processo histórico de formação do Brasil, para compreendermos como o modo de produção escravagista-colonial, marcou e marca, até hoje, a vivência da sexualidade e de gênero nos territórios, onde a violência deste período ainda se faz pungente na dinâmica das relações afetivo-sexuais e de gênero nas comunidades.

Vejam que durante o período escravagista-colonial, a supremacia masculina eurocêntrica e a virilidade foram acionadas como ferramentas para dominação do Território, disseminando a prática do estupro. Sim, o Brasil é fruto do estupro social de Negras e Indígenas, da miscigenação forçada, não podendo comungar com a falácia da democracia racial¹ imposta pela elite conservadora e

1 A democracia racial é desmitificada por estudiosos que estudam os indicadores sociais e econômicos que revelam desigualdades. Há um racismo estrutural que segrega negros/as, que dificulta o acesso desta população a direitos como: educação, saúde, segurança, emprego digno, terra, moradia, mas também existe o racismo institucional que leva ao extermínio da população negra pelas forças policiais estatais.

branca.

A dominação para a exploração do território é marcada pelas relações de poder, que mobilizaram de forma mútua e combinada a estrutura patriarcal e heterossexista para o domínio do corpo e do território. Sendo assim, a determinação e vivência da sexualidade não é meramente uma prática sexual e afetiva, é também instrumento de dominação nas relações hegemônicas que constituem as sociedades em determinados momentos históricos.

A sexualidade integra o processo de privatização não somente da terra, mas também de homens e mulheres negros/as. Onde as mulheres escravizadas eram consideradas como “fêmeas” reprodutoras, cujas crias (força de trabalho) eram vendidas como instrumentos de produção para os senhores da casa grande. Ou seja, o domínio social e econômico pelos proprietários de terra, da ordem patriarcal e racista, acionou o heterossexismo e a naturalização de corpos considerados coerentes e aceitáveis (cisgeneridade²) que são instrumentalizados para a reprodução da força de trabalho e a produção de riqueza.

A colonização no Brasil, não é somente da Terra, mas dos corpos, que retirou da humanidade a força, reduziu homens e mulheres Negros/as a coisas, ferramentas de trabalho. E “coisa”/“ferramenta” não tem sexualidade, não tem família. E é nas lutas e levantes contra este processo de genocídio e aniquilação de um povo, que os Quilombos se organizaram pelo Brasil, como territórios de resistência e resgate dos valores culturais, tradicionais, ancestrais, econômicos, sendo, portanto, uma negação social, cultural e econômica do regime escravista.

É no Quilombo que mulheres e homens negro/as retomaram sua humanidade, e romperam com as relações senhoriais da propriedade privada da terra, dos corpos, da monocultura de exportação, e,

2 A cisgeneridade é a condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento. Por exemplo, alguém que se identifica como mulher e foi designada como mulher ao nascer é uma mulher cisgênera. O termo cisgênero é o oposto da palavra transgênero.

livres, resgatam e constituem suas noções de organização familiar e de sexualidade.

A colonização retirou e expropriou dos/as sujeitos/as Negros e Negras as vivências sexuais, afetivas, de gênero e organização familiar, naturalizadas em seus territórios de origem. E mesmo que as denominações “lésbica, gay, bissexual ou travestis e transexuais” não existissem no Território Africano antes da colonização, as vivências eram e estavam presentes no seio da comunidade.

Porém, no processo histórico, mesmo com a “abolição” que não representou a integração do negro na sociedade de classes e posterior reconhecimento dos territórios Quilombolas, estas populações na construção subjetiva e da vida social, permanecem sistematicamente marginalizadas, violentadas e marcadas. Pois o corpo enquanto campo de batalha é bombardeado e expropriado continuamente de sua identidade racial e sexual.

Neste sentido, a violência colonial, atravessa os tempos e persiste arraigada na dinâmica da vida, estabelecendo relações e noções de corpo, família e sexualidade. Sendo assim, o que ocorre nos territórios é que mesmo com a reconstrução das narrativas do simbólico e organização da dinâmica social, a violência eurocêntrica e patriarcal permanece atravessando as relações sociais e culturais da comunidade, reforçando novamente uma única possibilidade de corpo e de vivência da sexualidade, que é a noção senhorial do período colonial, com base na família heterossexual e monogâmica.

A expropriação racista tira o direito do/a negro/a de identificar-se com sua negritude, estabelecer relações sociais, afetivas e ter de conviver com o pensamento da incapacidade de sentir prazer estando com outro/a negro/a. Pois na lógica racista e patriarcal o papel e comportamento estabelecidos para corpos negros são de homens viris, másculos, malandros e mulheres erotizadas, sexualizadas acostumadas à lida da manutenção da casa grande, cerceando qualquer possibilidade de construção da vida social, ou

seja, na estrutura racista é aceitável ser negro/a desde que seus papéis sociais sejam condizentes com as normas de cisgeneridade e heterossexualidade compulsória.

Assim, falar de sexualidade, afetividade, de escolhas é também desmontar os sistemas de preferências, onde as mulheres negras e homens negros aparecem como corpos hipersexualizados, erotizados, racializados e não afetivos na construção das relações afetivo-sexuais. As perversidades do racismo brasileiro impõem às negras e aos negros um padrão de comportamento para serem aceitos, onde a população LGBTI por vezes silencia ou esconde sua orientação sexual e de gênero para não ser submetida ou exposta aos diferentes tipos de violência.

Entretanto, para o Ser negro, independentemente de sua orientação sexual e de gênero, as violências estruturadas lhe afetam, pois na sociedade racista, negro é negro, e o mito da democracia racial contribui para diluição do debate na luta de classe. Então ser Quilombola LGBTI tem sido um desafio, pois a violência colonial faz com que neguemos não só a sexualidade, mas a nossa existência, nossos corpos, traços, organização social, econômica, familiar e política.

E é nesta dinâmica da violência colonial, racista e patriarcal, que muitos LGBTI que vivem no Quilombo chegam a cometer atrocidades consigo mesmos, como auto sabotagem, suicídio, mutilação, isolamento social e rejeição, que se materializam através das bases estruturais e funcionais, estabelecidas pelo sistema capitalista, que se perpetuam através da manutenção do racismo, sexismo, machismo e LGBTIfobia. Culminando na solidão dos sujeitos LGBTI Quilombolas, na evasão para as cidades, como única possibilidade de vivência plena da sexualidade e diversidade de gênero.

Sendo assim, só a formação descolonizadora do pensamento colonial, racista e patriarcal, nos possibilita avançarmos na

compreensão e vivência plena da sexualidade e de gênero. Neste sentido, um avanço importante é a participação da Juventude em organizações Quilombolas como a CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), que também é LGBTI. Estas organizações oportunizam se vincular às lutas sociais passando a aprender mais sobre as possibilidades de ser e existir nos territórios Quilombolas e assim a juventude pode encontrar sentido para seguir resistindo e existindo.

O desafio da luta Quilombola é aumentar a participação e possibilitar que todas as LGBTI e suas existências sejam legitimadas, que seus corpos sejam respeitados, acolhidos e que nenhum ser humano seja tombado por ser quem é e sofra violência ou discriminação pela sua cor de pele ou forma de ser e amar. Enfrentando as estruturas de dominação, exploração, opressão e violência, compreendendo que os sujeitos que constroem a luta pela demarcação do território, pela terra, pela água, pela natureza e por todas as relações que nela há, são múltiplos e diversos, assim combater sistematicamente a LGBTIfobia nos Quilombos é avançar na soberania e segurança do território.

7. ESTIGMA DAS LGBTI CAMPONESAS E INDÍGENAS

“Ser LGBTI no campo é viver isoladas da comunidade, excluídas e sendo motivo de deboche, chacota... um fardo que pesa sobre a vida de todas as LGBTI sem exceção.”

De acordo com Herek(1992), o heterossexismo pode ser compreendido como um sistema ideológico que nega, condena e estigmatiza qualquer forma não heterossexual de comportamento, identidade, relacionamento ou comunidade. Podemos considerar que o heterossexismo é a materialização do patriarcado nas relações sexuais. Neste caminho os camponeses e camponesas que não se encaixam dentro do padrão heterossexual são impedidas de viver livremente sua sexualidade e muitas vezes são impelidas a deixar o campo.

Sabemos que ser heterossexual no campo não é um fator que garante a permanência na terra, mas garante privilégios que incluem direitos civis para casamentos, o direito da propriedade, o tratamento social não estigmatizado em razão de sua sexualidade e garantia de acesso às políticas públicas, entre outros.

Por estes motivos, ser LGBTI no campo é ser renegado a uma possível inexistência, pois no campo as relações sociais e econômicas impõem a heterossexualidade para ser considerado um ser humano, respeitado e acolhido como parte da comunidade. Desta forma, ter uma orientação sexual como homossexual, bissexual, travesti ou ser pessoa intersexo com frequência é sinônimo de rejeição pela família e a comunidade.

Outro fato é a situação de solidão e incompreensão que os/as adolescentes e jovens passam ao se descobrirem LGBTI, pois na maioria das vezes estão fragilizados/as em vários aspectos, sem o apoio da família, da comunidade e da escola. Fatores como as longas distâncias entre os/as vizinhos/as, a falta de telefone e internet, a

ausência de serviços de saúde, e a falta de conhecimento sobre o debate da diversidade sexual favorecem situações de depressão, até mesmo automutilações e suicídio.

Há relatos de LGBTI do campo, que ao serem percebidos num comportamento efeminado pelos pais, são obrigados a fazer trabalhos pesados para se transformarem em homens. Por outro lado, mulheres lésbicas com a expressão de gênero masculino ao irem para o trabalho pesado na roça, acabam através dele conseguindo certo respeito, como se pelo trabalho ou pela força, compensasse a sua expressão de gênero masculina. Tais situações explicitam que no campo o trabalho é tido como pena para os gays e travestis ou também como compensação para o fato de lésbicas serem “boas” no trabalho agrícola. Como o patriarcado atua no campo e na maioria das vezes as atividades produtivas são familiares, em sua maioria são conduzidas pela figura paterna, masculina, e que assume a responsabilidade de ser uma espécie de “patrão”, mas também espelho de virilidade para os filhos homens e mulheres. Para a figura materna sobram as responsabilidades do serviço doméstico e o cuidado dos/as filhos/as, sendo o modelo feminino para as meninas seguirem. Claro que também há casos de mães que reproduzem o machismo advindo dos homens, pois a ideologia seguida é patriarcal e ninguém está isento dessa reprodução.

Por esta razão, quando filhos e filhas se afirmam LGBTI, os pais vivem um processo de culpa, pois acreditam que não foram capazes de ensinar-lhes estes a serem homens ou mulheres dignas, e passam a promover violências constantes contra seus/suas filhos/as. Essas violências podem começar na obrigação de trabalhar na roça ou no serviço doméstico, por acreditar que o trabalho possa corrigir este “mau comportamento”, mas também pode culminar em violências físicas e verbais no sentido de corrigir esta “má conduta”.

Uma mãe de um jovem gay, assentada no estado de São Paulo,

afirmou em depoimento, que desde pequeno sabia que seu filho era diferente, era efeminado e como ela era mãe solo, os familiares diziam que seu filho era assim por não ter uma figura paterna. Continuou o relato dizendo que à medida que o filho foi crescendo, tanto o filho quanto ela, não eram mais convidados para as festas em famílias, e que na comunidade não deixavam outras crianças brincarem com ele. Ela o via crescer isolado. Sofrendo junto com ele, ela se culpava, pois acreditava que não estava conseguindo educá-lo direito. Com o passar dos anos, seu filho sofreu uma tentativa de estupro por parte do companheiro que ela havia firmado um compromisso, e mesmo na delegacia que tentou fazer a denúncia, ouviu que a culpa não era do abusador, mas dela, por criar um menino sem pai. Somente ao iniciar a sua participação na luta do movimento social que ela foi percebendo que não havia nenhum problema com seu filho, mas com a sociedade patriarcal e machista que oprimia ela e seu filho, passando por um processo em que hoje ela tem orgulho do seu filho e também dela como mulher que o criou só.

Fica claro que a comunidade camponesa, em geral, desenvolve uma espécie de pressão entorno das pessoas que fogem à regra da heteronormatividade, sobretudo quando essas pessoas se colocam como atores de suas vidas, e também uma pressão psicossocial sobre a família, o que torna o problema comunitário, tendo suas soluções também coletivas.

É preciso superar a ideia de que a homossexualidade e a bissexualidade só são possíveis desde que sejam vividas no privado, dentro das quatro paredes ou “atrás da moita”, com práticas de relações sexuais embrutecidas, com penetrações violentas, sem afetividade, como se isso resguardasse a heterossexualidade.

Em relação às mulheres lésbicas e bissexuais, estas também têm sua sexualidade violada, tanto pela cobrança familiar, ao exigir que namore um rapaz, que tenha relação sexual para provar da

prática sexual e deixar de ser “sapatão”, ou até mesmo o caso de estupro corretivo¹ feito pelos próprios pais ou parentes. Além destas medidas violentas, existe a doutrinação pela igreja, com a confissão de pecados e a sessão de cura ou de expulsão de demônio do corpo as quais as LGBTI’s são submetidas tendo o apoio familiar. São práticas de violências físicas e morais que ocorrem dentro da família, na escola, na comunidade, e que reforçam pensamentos e práticas LGBTIfóbicas que caracterizam a homossexualidade, bissexualidade e transexualidade como algo ilegítimo em relação ao modelo heterossexual e, dessa forma, a existência LGBTI deve ser negada, combatida, perseguida, extirpada.

Estes elementos ilustram o quanto a existência de pessoas LGBTI’s no campo pode ser difícil, levando muitas LGBTI’s a saírem do campo para viver na cidade, pois continuar a viver no campo é aceitar viver isoladas da comunidade, excluídas e sendo motivo de deboche, chacota... um fardo que pesa sobre a vida de todas as LGBTI sem exceção.

Um jovem gay de um movimento do campo relatou que ao sair da igreja, além de ser xingado, levou pedradas de jovens da própria comunidade e, ao chegar em casa, não pode dizer para seus pais o porquê dos ferimentos, pois seu pai já batia nele de chicote como medida para ele virar homem. Ele sofria sozinho e acreditava que tinha que mudar seus trejeitos femininos. Como se não bastasse as feridas no corpo, sofria com os ferimentos na alma.

Estes tipos de violência também se passam na escola, desde o trajeto do transporte escolar escutando termos como “viadinho”, “mulher macho”, até dentro da sala de aula, com cobrança de professor para ter jeito de homem e/ou de mulher. Essas são situações naturalizadas, permitidas em nossa sociedade, inclusive dentro das organizações camponesas.

1 Estupro corretivo é uma prática criminosa, segundo a qual uma ou mais pessoas estupram mulheres lésbicas, supostamente como forma de “curar” sua orientação sexual.

As organizações da Via Campesina tem a grande tarefa de desnaturalizar estas violências, reconhecendo as existências das LGBTI's e trazendo junto à centralidade de suas lutas o respeito à diversidade sexual e identidade de gênero. Assim, será possível que estas sigam vivendo no campo, com atuação em organizações camponesas nas diversas frentes, e possam ser, amar e viver plenamente como seres humanos. Assim acreditamos que é necessária a recusa de classificações e determinações moralistas em relação aos nossos corpos, ao prazer e desejo, pois todas as formas de amor são legítimas e compõem a identidade da classe trabalhadora.

8. FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR E AS MULHERES LÉSBICAS, BISEXUAIS E TRANSEXUAIS

“É necessário sempre denunciar a tripla jornada de trabalho das mulheres, mas também a lesbofobia, bifobia e transfobia que atinge o corpo de mulheres que são violentadas na luta camponesa.”

As mulheres da Via Campesina vêm construindo o Feminismo Camponês Popular, sendo um acúmulo das mais diversas organizações do campo, em especial dos movimentos de mulheres camponesas e indígenas que integram na América Latina a CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo) e consecutivamente a Via Campesina internacional.

Elas buscam, nessa construção, um FEMINISMO que seja a síntese da expressão da história e luta construída e vivenciada pela diversidade de mulheres camponesas e indígenas, que também são mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, que sempre pautaram a liberdade e autonomia, que perpassa pela libertação da classe trabalhadora, e POPULAR porque acreditam e constroem um projeto popular para o campo. Projeto esse com novos/as sujeitos/as e novas relações baseadas na agroecologia como modo de vida e sustentação de um projeto de agricultura camponesa que produz alimentos saudáveis, de qualidade e diversidade, anticapitalista, antirracista e antipatriarcal.

Portanto, a agroecologia é uma das ferramentas de luta essencial pelo fim de todas as formas de opressão, com raiz na luta pela emancipação de toda a vida humana, e também na diversidade das mulheres do campo, que também podem amar outras mulheres, ter outras formas de vivências sexuais e afetivas para além da heterossexualidade e monogamia, questões estas que compõem as mais lindas e variáveis diversidades que temos como sementes e pessoas. É necessária a transformação das relações humanas e também da relação destes com a natureza.

A luta das mulheres camponesas é pela vida digna, emancipada, com horizontes na construção do socialismo. Através desta luta continuada e unificada é possível um novo projeto de sociedade, com novas relações econômicas, afetivas e sociais que respeitem as orientações sexuais e identidades de gêneros no campo. Avançar na compreensão das existências LGBTI é desconstruir o que a estrutura capitalista e patriarcal determina, seja com seu modelo de família tradicional heterossexista ou com seu modo de produção, que podem ser representados nas mais variadas formas de exploração/dominação.

Faz-se necessária a luta pela libertação dos nossos corpos, nossos modos de vida e sexualidades, passando a construir mais espaços de diálogo no campo organizativo social, rompendo barreiras de preconceito, transformando as estruturas sistêmicas de opressões em libertação. É necessário sempre denunciar a tripla jornada de trabalho das mulheres, mas também a lesbofobia, bifobia e transfobia que atinge o corpo de mulheres que são violentadas na luta camponesa: por que um casal de mulheres não podem ter direito a propriedade? Por que a afetividade sexual entre duas mulheres é deslegitimada? Por que as mulheres transexuais e travestis não podem participar da organização feminina? Estas violências derivam do machismo, da misoginia, do sexismo.

Historicamente, a luta das mulheres camponesas tem como missão a libertação das mulheres de qualquer tipo de opressão, violência e discriminação, apostando no tripé: organização, formação e luta, onde a auto-organização e experiências de resistência popular são protagonizadas por mulheres também lésbicas, bissexuais e transexuais. Nesse sentido, o Feminismo Camponês Popular é um instrumento revolucionário, sendo parte fundamental da luta contra a LGBTIfobia, para transformação e organização popular na construção do socialismo, reconhecendo a agroecologia como um caminho de libertação e emancipação das mulheres, das LGBTI e de toda a classe trabalhadora.

Nossa identidade camponesa é compreendida pela diversidade de organizações e movimentos populares da Via Campesina Brasil, que, em unidade, constroem o Feminismo Camponês e Popular, que também reconhece a luta LGBTI como parte da construção desse feminismo, que é das mulheres lésbicas, bissexuais e trans, mas também dos homens gays, bissexuais e trans. Pois o grande desafio é romper com o modelo de sociedade patriarcal heterossexista, que impõe regras, padrões, divisão sexual e social do trabalho, exploração, dominação e violências.

Nossa luta feminista, camponesa e popular deve buscar emancipar, libertar, acolher, confortar, organizar, e, neste processo, não deixar nenhum corpo no caminho. É uma luta unitária, sejam mulheres heterossexuais, lésbicas, bissexuais e transexuais, nossas lutas convergem na ruptura do capitalismo, patriarcado e racismo que dominam, exploram e aniquilam nossos corpos. O feminicídio, racismo e a LGBTIfobia tem o ódio e aversão como elementos fundamentais para o extermínio da diversidade. Travando a luta conjunta, forjando novos/as sujeitos/as políticos/as no processo da organização feminista camponesa e popular avançaremos como parte da classe trabalhadora na compreensão da diversidade sexual e de gênero como parte desta luta, fortalecendo a busca pela democracia e liberdade, o direito de amar e viver sem medo de existir. Assim, reafirmamos que *“Com Feminismo, construímos Socialismo!”*.

9. DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA PLATAFORMA DA VIA CAMPESSINA

“É necessário quebrar as correntes que nos escravizam, controlam e exploram nossos corpos e nossas consciências. Libertar-nos de todos os tipos de opressões e cercas, que aprisionam a terra, a natureza e impedem o ser humano de ser, viver e amar.”

A luta pelo respeito à diversidade sexual faz parte das lutas dos movimentos LGBTI há mais de 50 anos. Os sujeitos e as sujeitas que estavam à frente das discussões nos diversos espaços e organizações se fizeram contra toda moralidade e padrões sociais postos a partir dessa base cristã e capitalista, pautando a luta pelo direito das LGBTI's e pessoas não binárias de existirem. Estas organizações foram levadas a fazer estas lutas em movimentos segmentados, construindo a luta por meio do orgulho LGBTI, ou seja, os movimentos LGBTI's foram se segmentando e se afastando das organizações tradicionais da esquerda, porque não houve acolhimento da pauta em um primeiro momento.

Nos últimos anos, essa situação tem mudado com o avanço da compreensão das organizações da classe trabalhadora nas cidades, que tem incorporado maior visibilidade para as lutas das mulheres e LGBTI's às suas pautas, permanecendo o desafio para as organizações do campo também avançarem neste debate e abrir espaços para atuação destas nas organizações camponesas. Neste sentido, é necessário considerar que a Diversidade Sexual e de Gênero não é um modismo, ao contrário, apresenta desafios deste tempo, assim como as lutas das mulheres, da questão racial que tem se elevado como questões importantes como parte indispensável na luta anticapitalista.

Sendo assim, atrelado à luta anticapitalista deve estar a luta antirracista e antipatriarcal, pois sabemos que gênero e raça/etnia são determinantes nos postos de trabalho a serem ocupados na

cadeia produtiva, quais atividades serão melhores pagas e a quem, e nas micro relações sociais (família, comunidade, sindicato) determinam qual o papel de dominação ou submissão por outro ser humano.

Estes elementos são importantes para organizar a luta contra o capital, contra todas as formas de opressão e exploração da natureza e do ser humano, entendendo a necessidade de acabar com a sociedade de classes, onde a classe trabalhadora é usada como principal base de sustentação da classe burguesa para manter seus patrimônios e privilégios.

Considerando que a classe trabalhadora não é homogênea, como as próprias organizações camponesas apontam, há especificidades e diferenciações. Por isso, é preciso identificar o que nos oprime fazendo a luta pela libertação, questionando e desnaturalizando as relações de opressão para não as reproduzirmos em nosso meio.

Assim temos como desafio para a luta em defesa da vida e do território camponês, indígena e quilombola, a produção de alimentos saudáveis sem envenenar a terra e sem destruir o meio ambiente. Para isso é indispensável que tenhamos como princípio relações humanas sem violência, libertas de todas as opressões. Por isso, a importância da Via Campesina Brasil se apropriar da pauta da Diversidade Sexual e fortalecer a participação das LGBTTs e avançar nesta compreensão.

Assim apontamos as seguintes tarefas da Via Campesina relacionada à pauta da diversidade sexual e de gênero:

1. Ampliar a compreensão dos camponeses e camponesas a respeito da intersecção entre capitalismo, patriarcado e racismo, compreendendo este como base da opressão e exploração à qual a classe trabalhadora está submetida neste sistema, para assim travar lutas mais radicais (ir a raiz);
2. Possibilitar a ampliação da formação sobre sexualidade humana, no sentido de compreendê-la como dimensão da

humanidade e a diversidade que se expressa em orientações sexuais (heterossexualidade, bissexualidade, homossexualidade, assexualidade) e nas identidades de gênero (homem, mulher, transexuais ou travestis);

3. Proporcionar um projeto de campo e de sociedade com relações igualitárias de gênero, entre homens e mulheres e pessoas transexuais e não binárias;

4. Assegurar a existência das LGBTI nas comunidades camponesas, para que possam viver na terra, produzir alimentos saudáveis e viver sem estigmas;

5. Respeitar e assegurar o direito à livre vivência das diversas formas de ser e amar dos seres humanos, garantindo que estes possam constituir famílias entre pessoas do mesmo sexo, ou outras formas de núcleos e relações afetivas, tendo direito civis e sendo considerados sujeitos de direito à vida, a produzir e viver no campo;

6. Respeitar e assegurar existência de travestis, assim como de homens e mulheres transexuais no campo e nas organizações, respeitando o uso do nome social e sendo tratado pelo gênero com o qual se identifica;

7. Coibir práticas LGBTifóbicas nas atividades da Via Campesina, bem como fortalecer a participação das LGBTI's com a constituição do Coletivo LGBTI da Via Campesina, estimulando a realização de escolas de formação de LGBTI e outros espaços de auto-organização destes sujeitos;

8. Impulsar o debate sobre diversidade sexual e de gênero também na CLOC e na Via Campesina internacional, a fim de integrar esta pauta na plataforma de luta global dos camponeses e camponesas.

9. Avançar na compreensão e construção do feminismo camponês e popular, sendo nosso instrumento de luta feminista, popular,

antirracista e antiLGBTIfóbico;

10. Lutar contra a criminalização da homossexualidade, bissexualidade e transexualidade no mundo, agregando na luta camponesa o respeito a toda a forma de ser, viver e amar do gênero humano.

Enfim, o desafio consiste em possibilitar a compreensão do gênero humano em sua totalidade, que é diverso em raça/etnia, cultura e sexualidades. A diversidade é a maior riqueza, é o que nos fortalece como humanidade e também como classe trabalhadora. Por isso, é importante questionar o racismo e o padrão da heteronormatividade compulsória que deriva do patriarcado, assim como romper com a pressão psicossocial que igreja/cristianismo, família e comunidade exercem sobre os/as homossexuais (gays e Lésbicas), bissexuais, transexuais/travestis e pessoas intersexo.

É necessário quebrar as correntes que nos escravizam, controlam e exploram nossos corpos e nossas consciências. Libertar-nos de todos os tipos de opressões e cercas, que aprisionam a terra, a natureza e impedem o ser humano de ser, viver e amar. A sociedade justa, fraterna e humana pela qual a Via Campesina luta, não será possível sem as LGBTI's, por isso nosso desafio inicial ao introduzir este debate é quebrar o silêncio e os tabus, que há séculos silenciaram e violentaram as existências das mulheres e das pessoas LGBTI's no campo, pois “toda a forma de amor vale amar”.

Enquanto existir opressão de gênero, de raça/etnia e de classe, assim como enquanto houver hierarquia de tipo/modelo de ser humano que tenha o direito de existir em relação a outros, as relações sociais estarão atravessadas por violências, injustiça e tirania. Nosso papel é construir a luta em contraposição a isso. Neste sentido, destaca-se mais uma vez: “Sem mulheres e pessoas LGBTI's não haverá transformação social verdadeiramente”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, Bruna G. SAYONARA, Naider Bonfim Nogueira (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2019**. Centro de Documentação Dom Tomas Balduino, Secretaria Nacional da CPT: Goiânia, 2020.

HEREK, Gregory M. **The social context of hate crimes: notes on cultural heterosexism**. In: HEREK, G. M.; BERRIL, K. T. Hate crimes: confronting violence against lesbians and gay men. Newbury: Sage, 1992, p. 89-104.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia**; 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução: VALLE, Carlos Guilherme do. Bagoas. Natal, n. 5, p. 17-44, 2010.

SINVIOLENCIA LGBT. **El prejuicio no conoce fronteras: Homicidios de lesbianas, gay, bisexuales, trans en países de América Latina y el Caribe 2014 – 2019**. Red Regional de Información sobre Violencias LGBTI en América Latina y el Caribe, 2019.



#OrgulhoCamponêsLGBTQI

LGBTQI La Via Campesina:

*Colorindo territórios e semeando
luta e resistência!*

